

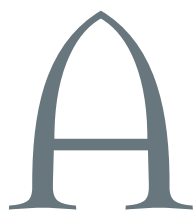
RESENDE-VISEU

IGREJA DE SÃO MARTINHO DE MOUROS





Igreja de São Martinho de Mouros



AINDA HOJE, o povo continua a dizer que foram os Mouros (alguns ainda crêem que os romanos) que construíram, numa só noite, a igreja matriz de São Martinho de Mouros (DUARTE 1996: 703). De facto, é ainda incerta a origem etimológica deste topónimo, muito embora se tenha procurado uma justificação histórica para o mesmo. A freguesia de São Martinho de Mouros, em Resende (Lamego), fica quase toda voltada a poente, na encosta da margem direita do rio Bestança, a caminho do Douro, e por este rio delimitada a Norte. Trata-se de um território extremamente acidentado, cheio de penhascos e de cabeços o que, de certa forma, pode justificar a sua precoce ocupação humana, tendo em conta esta facilidade de defesas naturais, dispersas em profusão pela serra de Meadas. Além de ser um território facilmente defensável, trata-se também duma área geográfica bastante fértil, o que naturalmente cativou e facilitou a fixação das populações.

Assim, diante destas condicionantes é fácil entender um precoce povoamento deste território, sendo que inicialmente esta terra apenas se chamaria de São Martinho. Às invasões bárbaras, e consequente ocupação da Península Ibérica pelos povos germânicos, sucedeu-se a conversão dos suevos ao cristianismo, já ao tempo de Requiário (448-457). Iniciou-se, pois, por então, todo um processo paulatino de cristianização que alcançou o seu apogeu sob a acção de São Martinho de Dume, a partir de meados do século VI. O cristianismo implantou-se, assim, progressivamente no Noroeste Peninsular, área geográfica que viria mais tarde a assumir um papel de relevo no contexto da reconquista cristã.

Com a paulatina implantação do Cristianismo, por esta época, era bem natural que as localidades adoptassem o nome do orago cultuado na igreja, e respectiva paróquia, por elas encabeçada. É pois, por esta razão que se crê que o nome desta localidade de São Martinho remonte já à época sueva (não nos esqueçamos da grande implantação do culto deste santo no noroeste peninsular ao longo do século), sendo apenas uns séculos mais tarde que se lhe acrescentou o epíteto “de Mouros” (DUARTE 1996: 669).

Em 711, após o avanço das tropas muçulmanas vindas do Norte de África, lideradas pelo general Omíada, Tárique, teve início um longo e penoso processo de ocupação muçulmana da Península Ibérica e que justificou a realização de uma longa campanha de Reconquista cristã e que se prolongou ao longo de toda a Idade Média, como se sabe.

Foi grande o avanço muçulmano na Península Ibérica, servindo a linha do rio Douro como um importante marco fronteiriço entre os territórios dominados pelas duas religiões, apesar dos constantes avanços sofridos pela linha de fronteira. D. Afonso III das Astúrias (c. 848-910) conseguiu reconquistar as terras a Sul do Douro, regressando São Martinho e Lamego para a posse dos cristãos. No entanto, após a terrível invasão de Almançor (939-1002), em inícios do século XI, estes territórios voltaram a cair no jugo dos muçulmanos, até que Fernando Magno (1016-1065) as terá definitivamente reconquistado em 1057 (PINTO 1992: 604). Terá sido durante este período em que os muçulmanos ocuparam São Martinho, ou seja, entre inícios e meados do século XI, que as populações de Resende terão começado a denominar a localidade de São Martinho como *de Mouros* (DUARTE 1996: 665).

Após a reconquista da cidade de Coimbra, em 1064, Fernando Magno entregou à governação do Conde moçárabe, D. Sesnando, um extenso condado sediado na cidade do Mondego e que incluía todas as cidades ou castelos que se encontravam no território delimitado a Norte



pelas águas do rio Douro, entre Lamego e o mar, e que vão até aos limites do que os Cristãos, a sul, possuísssem (ALARCÃO 2008: 81). São Martinho de Mouros fazia, pois, parte deste extenso e poderoso território. Em 1121 foi São Martinho de Mouros agraciada com foral por parte da Condessa D. Teresa (1080-1130), que confirmou os foros anteriores dados por D. Sesnando, entre 1057 e 1065 (DUARTE 1996: 670).

Desde então, diversas fontes documentais aludem, ao longo da Idade Média, à terra de São Martinho de Mouros. Cremos que só tal importância histórica e geográfica poderão justificar a edificação de um monumento românico tão peculiar, como o é a igreja de São Martinho de Mouros, numa área geográfica já afastada dos centros de decisão, tanto mais quando estamos diante de uma igreja erguida para funções paroquiais. Todavia, não nos podemos esquecer que as Inquirições Gerais de 1258, realizadas a pedido de D. Afonso III (1248-1279), nos informam que *o senhor Rei é o patrono e apresenta a dita igreja* de São Martinho de Mouros (Cit. in DUARTE 2001: 281).

Embora não saibamos quando teve início o padroado real desta igreja, é de suma importância o termos presente que ao longo do século XIII este estava bem activo, o que coincide não só com a cronologia estilística da fábrica de São Martinho de Mouros, como também com uma inscrição relativa ao ano de 1217 e que se considera ser comemorativa de uma fase construtiva desta igreja (BARROCA 2000, II-I: 688-690):

Era : M^a : CC^a : 2^a : V^a

Esta inscrição encontra-se gravada num silhar embutido na face exterior da capela-mor, no lado Norte, na primeira fiada acima da sapata e na quinta pedra a contar da direita. O seu mau estado de conservação leva a que passe despercebida a olhares menos atentos.

Cremos ser de suma importância o posicionamento que esta inscrição comemorativa assume em São Martinho de Mouros enquanto referência cronológica basilar. Como se sabe,



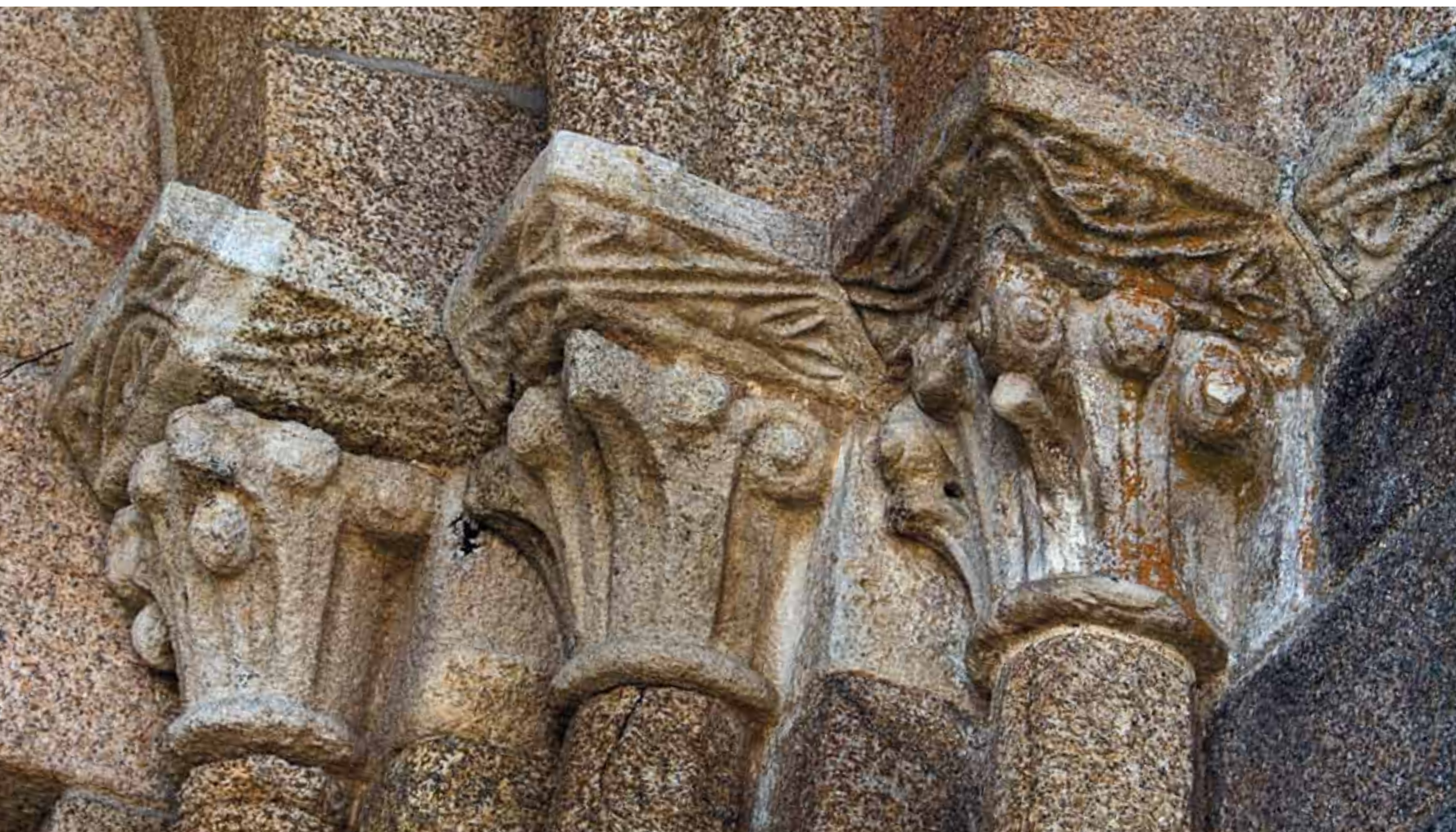
por regra, a construção românica era geralmente iniciada pela cabeceira o que permitia que, logo após a sua conclusão, e mesmo antes que se começasse a construir a nave, fosse possível começar a praticar aí o culto litúrgico, logo após a cerimónia de Dedicação e Sagração da mesma. Assim, estando já a cabeceira ao serviço do culto divino, e se a disponibilidade financeira assim o permitisse, passar-se-ia então à construção da nave. Mais, de um modo geral, o processo construtivo românico ocorre muitas vezes num local onde já existia um templo anterior, perpetuando assim um culto antigo, o que pode ter acontecido em São Martinho de Mouros, tendo em conta a possível precocidade do topónimo desta localidade. No entanto, isto não são mais do que conjecturas, apenas comprováveis caso venham a aparecer dados arqueológicos que demonstrem esta tese.

Mas o que é certo é que a data de 1217 ou diz respeito ao início da construção desta igreja ou, ainda, à conclusão de uma primeira fase construtiva, ou seja, a da cabeceira (BARROCA 2000, II-I: 690). E esta data vai, ainda, de encontro às propostas feitas para a conclusão da nave, atribuída ao segundo quartel ou meados do século XIII (ALMEIDA 1986: 108; ROSAS 2009: s.p.).

A igreja de São Martinho de Mouros é constituída por uma só nave e por capela-mor rectangular, mais estreita e mais baixa que esta, embora bastante transformada pelas épocas seguintes. Mas o que notabiliza este monumento é precisamente o robusto corpo ocidental que, ao modo de torreão defensivo, confere a São Martinho de Mouros uma originalidade única no contexto do românico português. Tendo em conta a existência de uma cicatriz, assim como uma notória mudança de tipo de aparelho, na zona terminal da capela-mor, somos da opinião de que esta poderá ter sido aumentada algures na Época Moderna, quiçá pela mesma altura em que recebeu uma série de transformações artísticas com vista à sua actualização dentro do gosto barroco. No entanto, de um modo geral, São Martinho de Mouros conserva a sua estrutura e decoração primitivas, ou seja, românicas.

O primeiro quarto da nave é dominado pelo maciço corpo ocidental que, ao modo de torre-fachada, confere a esta igreja um certo aspecto militarizado e defensivo. Não nos pode-





mos esquecer que, de um modo geral, o ambiente de Reconquista cristã se reflectiu na arquitectura românica portuguesa, pois foi aqui que este novo estilo arquitectónico encontrou um ambiente e um espaço de afirmação muito próprio de desenvolvimento, afirmando-se à medida que avançava a reorganização do território fomentada pelos monarcas cristãos.

Assim, as edificações religiosas desta época assumem um aspecto compacto e maciço. Recorde-se, a título de exemplo, a Sé-Velha de Coimbra. A designação de "igreja-fortaleza" é por demais referida na nossa bibliografia dedicada ao românico, particularmente naquela que se desenvolveu em inícios do século XX. O facto de muitas igrejas aparecerem ameadas e de surgirem algumas torres com carácter militar, associadas a monumentos de carácter religioso (embora estas sejam na sua maior parte da época gótica), como a de São Salvador de Travanca (Amarante), são justificações suficientes para que muitos autores defendam a existência de uma tipologia tipicamente portuguesa e que acusa um notório carácter militar, embora este seja mais retórico do que propriamente militar. Este aspecto procura, ainda, pôr em evidência a constante conotação do românico português com a Reconquista cristã. No entanto, independentemente disto tudo, o maciço turriforme de São Martinho de Mouros surge como sendo único no seu género no panorama do românico português.

Este corpo ocupa toda a largura da nave e serve de fachada ocidental, formando uma estrutura turriforme que sobe mesmo acima do nível da nave. Assim, se ao analisarmos um qualquer alçado de uma igreja românica, patenteando a planimetria mais comum ao românico português, encontramos dois níveis escalonados, a nave e a capela-mor, aqui em São Martinho encontramos três, o torreão, a nave e a capela-mor. Mais, se por natureza o românico português apresenta um aspecto compacto, como já referimos, cremos que também aqui esse mesmo aspecto é levado ao extremo, facto acrescido pela quase ausência de vãos de iluminação.

Mas é ao nível do interior que este maciço assume uma composição extremamente original pelo facto de criar, nesta parcela do templo, uma solução de três naves, com abóbadas de pedraria paralelas. Três arcos de volta perfeita apoiam-se sobre dois altos e robustos pilares quadrangulares, aos quais se adossam meias-colunas em três dos seus lados. São estes pilares que sustentam toda esta estrutura. O arco central é bastante mais elevado do que os restantes, subindo mesmo até ao tecto apainelado da nave. É precisamente neste espaço, compreendido entre a fachada principal do templo e estes arcos, que encontramos as três abóbadas de berço quebrado, em cantaria, uma por cada tramo. Acompanhando o nível dos arcos, a abóbada da pequena nave central é mais elevada do que as laterais, sendo ainda sustentada por um pequeno arco toral assente sobre mísulas. Dois arcos formeiros, assentes sobre colunas com capitéis esculpidos com motivos vegetalistas e antropomórficos completam este conjunto.

Ultrapassados estes arcos, e deixando para trás estas pequenas naves, a ampla espacialidade da nave única surge-nos de forma contrastante. Mais adiante, o arco triunfal, apontado e encimado por óculo moldurado, compõe-se de três arquivoltas assentes em colunelos embebidos no muro, com capitéis decorados. Aqui, aparecem monstros em acto de tragar figuras nuas, que lhes pendem da boca, pendurados pelas pernas, assunto também repetido do portal principal (CORREIA 1924: 65). Ao nível das arquivoltas vemos motivos denticulados. Este elemento volta-nos a recordar a profunda ambiência românica deste edifício, criando uma estreita e talvez intimista passagem para a ampla capela-mor rectangular, toda ela dotada de equipamentos litúrgicos barrocos, de entre os quais se destaca o retábulo-mor. Todavia, do lado da Epístola encontramos um curioso elemento. Trata-se de um amplo arco abatido, ornado com pérolas, e que se rasga acima do nível da porta de acesso à Sacristia. Este elemento primitivo românico, algo monumental, foi mantido neste espaço profundamente transformado, se não mesmo aumentado, durante a Época Moderna, conforme atestam os amplos janelões rectangulares que permitem uma plena iluminação do seu interior.

Com esta iluminação profusa da capela-mor contrasta profundamente a restante igreja, cujos alçados são rasgados por estreitas frestas, apesar da existência de um janelão rectangular,





bastante posterior, rasgado do lado Sul, sobre o portal lateral, também ele profundamente transformado durante a Época Moderna, conforme bem atesta a sua estética classicizante. Não nos podemos esquecer que, ao longo da História, os monumentos românicos, em particular –embora este aspecto se aplique a todos em geral–, foram sendo constantemente transformados. A actualização do gosto, a ampliação da sua espacialidade, quer ocorram por necessidade, quer se manifestem por simples vontade de mudança, são uma constante em História da Arte. Tal facto não pode ser condenado (apesar das perdas irreparáveis que por vezes daí advieram), devendo antes ser compreendido e contextualizado no seu todo, enquanto componente vital de um qualquer edifício ou de uma dada época.

Já a estrutura turriforme ocidental conserva bem a sua estética românica. Uma estreita fresta encima o portal principal formado por três arquivoltas apontadas e de arestas vivas. Com três fustes prismáticos e capitéis ostentando temática vegetalista e animalista, este portal encontra um paralelo no axial de Almacave, em Lamego (CORREIA 1924: 64). O conjunto é envolvido por friso enxaquetado. Embora actualmente se encontre aqui um tímpano liso, há notícia de que em 1924 uma larga e grossa pedra de granito estava encostada à frontaria. Com uma cruz gravada ao centro, esta pedra serviu de tímpano, certamente pertença deste portal (CORREIA 1924: 64). Logo acima deste vemos ainda quatro cachorros que atestam ter existido aí uma estrutura alpendrada. Na parte superior, uma cornija apoia-se sobre uma banda lombarda, cujos arquinhos são sustentados por cachorros com decoração zoomórfica, possivelmente cabeças de bovídeos, algumas delas mais acabadas, outras mais esboçadas. É, ainda, sobre este corpo ocidental que se encontra a torre dos sinos, também ela compacta, onde se rasgam, de cada lado, dois arcos de volta perfeita para abrigo dos mesmos. A fachada ocidental é, ainda, escorada com dois contrafortes nos cunhais e que ajudam a sustentar melhor toda esta pesada



estrutura. Apesar do corpo da igreja não ser abobadado, também as paredes são reforçadas com contrafortes. A cornija dos alçados laterais é sustentada por modilhões lisos.

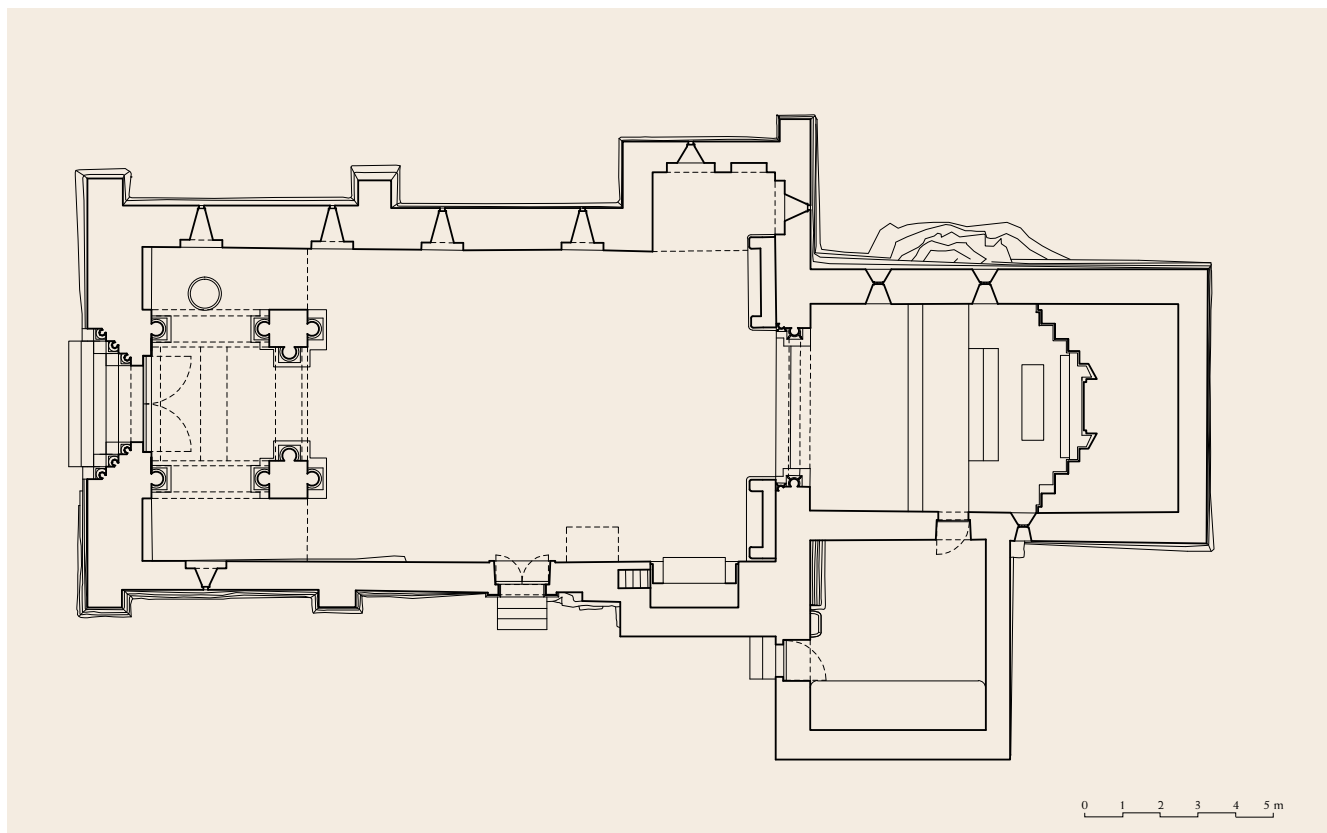
Embora vá além do âmbito cronológico deste estudo, cremos ser importante referir que em 1501 o padroado desta igreja transitou para os Condes de Marialva, por concessão do rei D. Manuel I (1495-1521) feita a 23 de Junho (DUARTE 1996: 688), regressando este de novo à coroa durante o reinado de D. Afonso III (1521-1557). Com este monarca, os direitos de padroado de São Martinho de Mouros foram entregues à Universidade de Coimbra e confirmados pelo papa Paulo III (1534-1549) a 21 de Agosto de 1542. A nosso ver, estas transições de padroado são por demais demonstrativas da importância alcançada por esta igreja no seio da região em que se insere. Mais, tal importância reflecte-se, ainda, na sua fábrica arquitectónica, dotada de uma planimetria e estruturas raras no seio do panorama construtivo do românico português.

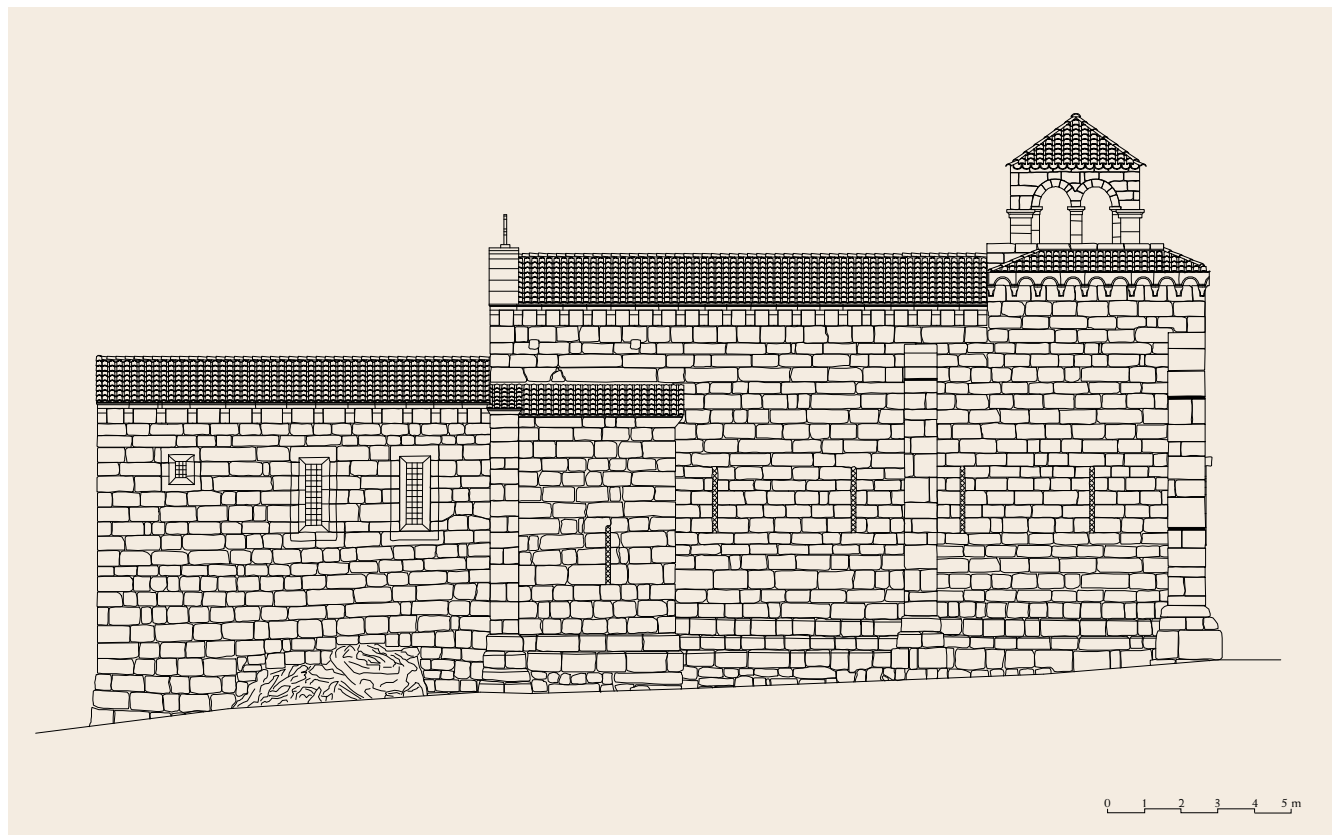
Cremos ter ficado posta de lado a ideia de que a igreja de São Martinho foi construída pelos mouros. Na verdade, tendo antes sido construída em terra que foi de mouros, a igreja de São Martinho só poderá ter sido erguida em finais do século XII ou mesmo durante o século XIII. Tal facto é-nos comprovado, como vimos, pela inscrição alusiva à data de 1217 e pelo padroado real que durante grande parte da Idade Média se encontrou activo. Por fim, a fábrica deste edifício aponta-nos uma cronologia tardia, o que é corroborado pela presença de arcos quebrados ao nível do arco triunfal e das arquivoltas do portal ocidental. Também a tipologia de capitéis aqui adoptada vai de encontro a esta cronologia.

Mas, acima de tudo, cremos que a Igreja de São Martinho de Mouros se destaca, no panorama do românico português, pelo perfil único que a estrutura turriforme ocidental lhe confere.

Texto: Maria Leonor Botelho - Planos: Pedro Azevedo - Fotografias: Michael Schlaphohl

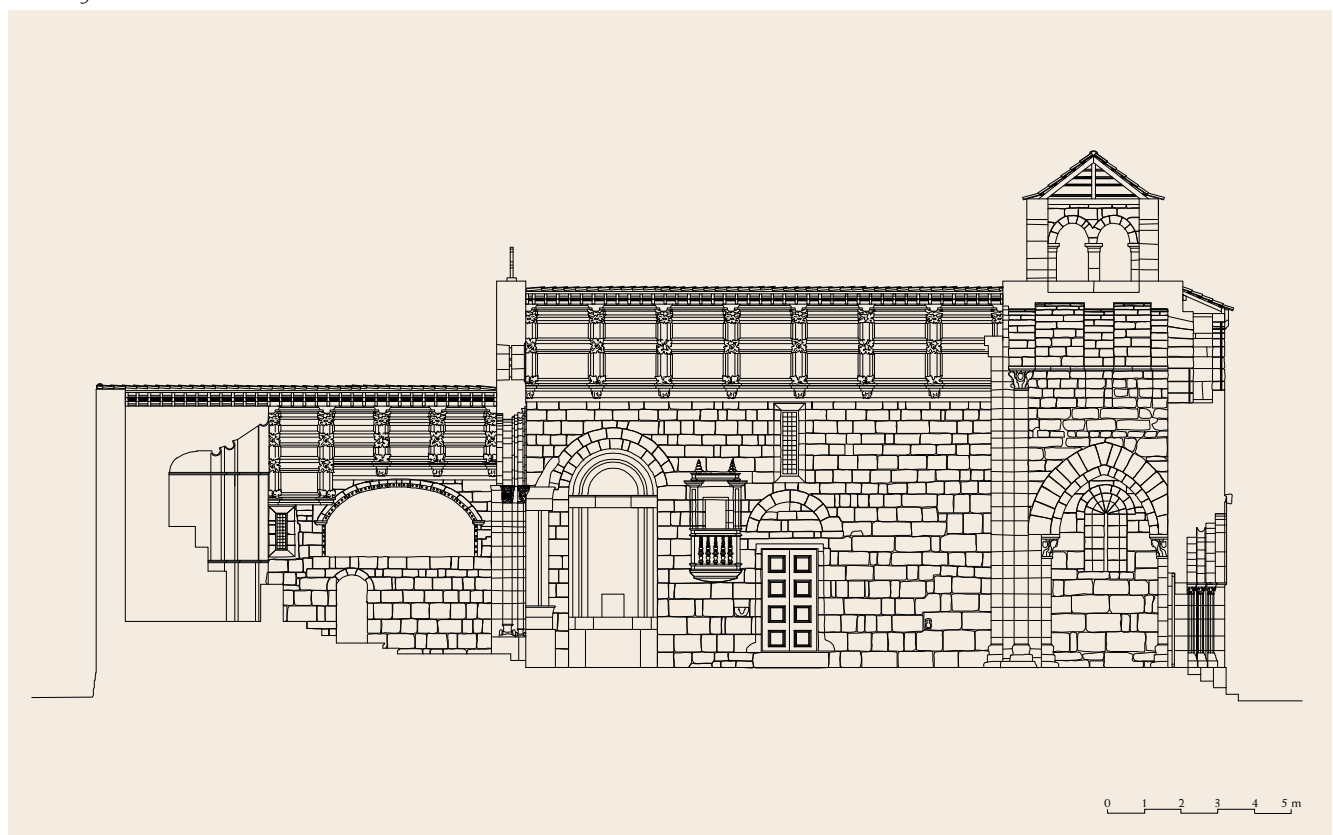
Planta





Alçado norte

Corte longitudinal



BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de, *Coimbra. A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O românico. História da Arte em Portugal*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.
- ANTUNES, Rute, "Igreja Matriz de São Martinho de Mouros/Igreja de São Martinho" (Nº IPA: PT011813140002), 2006, in *Inventário do Património*, URL: www.monumentos.pt
- CORREIA, Vergílio, *Monumentos e Esculturas (séculos III-XVI)*, 2ª Edição, correcta e aumentada, ilustrada com 80 reproduções de desenhos e fotografias, Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1924.
- COSTA, M. Gonçalves da, *História do Bispado e Cidade de Lamego. II. Idade Média: Paróquias e Conventos*, Lamego, s/n, 1979.
- DUARTE, Joaquim Correia, *Resende e a sua História*, vol. 2, As Freguesias. Resende, Edição da Câmara Municipal, 1996.
- DUARTE, Joaquim Correia, *Resende na Idade Média. Notas e Documentos*, Resende, Câmara Municipal de Resende, 2001.
- PINTO, Joaquim Caetano, *Resende. Monografia do seu Concelho*, Braga, s/n, 1982.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, "Arquitectura Medieval Duriense", Museu do Douro, 2009 (no prelo).